
Eduardo Lourenço: a cidade, o poema

CARLOS MENDES DE SOUSA

1. Numa das muitas entrevistas que concedeu, afirma Eduardo Lourenço, nesse tom baixo e distanciado com que sedutoramente vai falando de si e dos outros, da literatura e do mundo: “A única coisa que verdadeiramente eu quero ser é escritor – o resto não me interessa nada. Poeta, ainda seria melhor. Como não pode ser, escritor... [risos]” (*Visão* 22. 05. 03). Repetiu noutros lugares essa projecção desejante que nós não hesitamos em reconhecer, quando, deslumbrados, somos atingidos por aquilo de que ele fala, mas, sem dúvida alguma, e talvez mais do que tudo, pelo modo como nos fala. A transcrição da resposta acima apresentada deixa ver o rasto do distanciamento humorístico, mas revela aí mesmo a verdade e a intensidade da entrega. É nesta tensão – entre o recuo e a paixão – que pensa (vive) a poesia dos outros. Podemos dizer que é aí que se pensa e se escreve o seu modo de ser na (sua) literatura.

Talvez por isso só se consiga apresentar um testemunho sobre Eduardo Lourenço a partir dos seus textos (leitura de uma leitura), quando ele próprio, muito pessoalmente, afirma que, em grande medida, é feito de textos porque vive nesses textos. Escritor que discretamente quis ter biografia em texto, no registo de “glosa” ou de “acompanhamento melancólico da mão esquerda”, sabendo de antemão que o brilho das vozes dos outros era, desde o primeiro momento, o da própria voz. Ou por outras palavras: ele é dos poucos que se aproximam do objecto e no-lo devolvem com uma luz em que o explicado não anula o imprescindível inexplicado, modo de continuar a fazê-lo brilhar.

A sua obra sobre poesia (os livros já organizados a que se soma um considerabilíssimo número de ensaios ainda não coligidos em volume) constitui uma longa meditação que contém a sua poética: a extraordinária lucidez analítica associada ao lampejo intuitivo e à síntese. A formulação bela e rara. O dom da literatura.

2. Volto ao traço da oralidade acima referido para lembrar o Eduardo Lourenço com quem, no pós-25 de Abril, todos nós algum dia nos cruzámos. A voz muito próxima do texto, afinal. Voz obrigatória que passou a ser uma omnipresente dicção pensante, para nosso bem. Nas televisões ou nos jornais, em conferências, congressos, mesas-redondas... todos ouvimos um dia Eduardo Lourenço.

Pouco ou nada adiantando à composição do retrato, gostaria ainda assim de lembrar o ensaísta em colóquio. Não o digo nas grandes conferências isoladas onde – seu lugar de direito – o convidado de honra entra e sai rodeado dos mil focos. Nos colóquios, para além da sua palestra, vemos Eduardo Lourenço com um bloco na mão. Escreve. Depois intervém. Um pensamento que não pára na discreta forma das suas falas ou nos breves comentários quase sussurrados, mas tão vastamente sintetizadores ou pontualmente amplificadores. Quando já todos somos académicos cansados de nos ouvirmos uns aos outros, Eduardo Lourenço, com uma atenção singular, escuta e comenta falas, especialmente as dos mais jovens, alguns dos quais absolutos noviços destas lides. Afabilidade e simpatia. Sempre uma palavra dada que não derruba. O sábio que não ostenta o saber acolhe os emergentes e fala da casa e do mundo, da rosa contraditória e do ecrã. E é o mesmo que, num ligeiro movimento, inclina a voz em irónica disposição. Sempre na nota baixa a maliciosa alfinetada, como se nada se passasse. A ironia coabita naturalmente com a viva chama. Ele está de fora da casa universitária mas dentro da literatura. Encontrá-lo-emos, mais tarde, em marginais conversas de corredor. E é o mesmo. Ali estão os neófitos que o escutam, e que com ele conversam, ele que com estes partilha mesmo as pequenas farpas e ironias, que os outros sábios reservarão para o diálogo *inter pares*.

A alfinetada e o riso saudável entrecortam o fluxo das palavras. O sussurro é como a letra miúda da escrita. O que flui:

jogos do pensamento, argumentações, pressupostos, conjecturas; fios soltos de falas dispersivas e contemplação de memórias (o cinema, Bonnard, a Provença ou o Brasil). O descosido, o fragmentário e o inconclusivo. Admirável natureza digressiva que não pára, como texto que não pára. Puro fascínio o que aparece no contínuo oralizado: a própria energia da escrita. E a todo o momento as inflexões da torrente mansa nos trazem de novo ao silêncio das palavras medidas. É espantosa a analogia desse estar antes e depois do silêncio com o que o próprio vê na poesia: “Em si, a poesia não é silêncio, mas o que a precede e vem depois” (*Relâmpago*, nº6).

3. Eduardo Lourenço nunca escreveu verdadeiramente de fora. Ele está, desde cedo, no interior da mais funda lucidez do real. A face mais visível desse estar dentro é perceptível naquilo a que já se chamou de “mito Lourenço”: a recorrente dicção pública no Portugal do pós-25 de Abril. A sua interrogação escrita passa pela acutilante radiografia da realidade da casa portuguesa. Escreve cedo sobre os vivos que o rodeiam e vai reafirmando mais ou menos discretamente que é na literatura que melhor se vê a terra desolada. No fundo, era esse o caminho de abrir janelas, na era da asfixia salazarista. E ainda que não seguisse uma via de romances e poemas, no seu meio iria encontrar o lugar de margem que lhe permitiria ser centro e colocar a voz.

É paradoxalmente a adoção de um ponto de vista de quem está de fora que conduzirá à lucidez de uma visão de dentro. Como no recuo do pintor que olha a tela em processo, Eduardo Lourenço escreve do lugar do contínuo pensar ensaiando-se. Do lugar que deixa ver o gesto do pensar. O recuo (o vago distanciamento) é o modo de estar dentro criticamente. Na década de 50, a saída do país marca a literal distância. Afirma muito recentemente que vê “um Portugal de fora para dentro que é de onde se vê tudo”, o que equivale a um estar lá fora como se estivesse dentro, como se não tivesse saído.

A interrogação de Lourenço é gerada no interior do tempo. Nesse o sentido faz-se acompanhar dos poetas (reflete com eles) para dizer a sua reflexão dentro do tempo. E é espantoso observar como, desde esses anos 40 do final da guerra, Eduardo Lourenço convoca os poetas para entender e para mostrar a cidade. E nesse dizer, ao lado deles, ergue também uma

tapeçaria tão verdadeira quanto poética, isto é, tão real – um lugar de dizer que é equipolente ao poema.

A cidade não é, nunca foi, território murado, fronteira nacional. Torna-se, no entanto, claro que para Eduardo Lourenço a assunção de uma perspectiva não-historicista nas leituras de poesia não implica uma anulação da temporalidade. Não deixa nunca de estar ligado, profundamente ligado, ao tempo vivo em que vive. Sente a inquietude e os dilaceramentos do devir histórico e cultural – entre a formação católica e a abertura que em Coimbra lhe vem do grupo ligado à revista *Vértice* – absorvendo as lições do existencialismo e do esteticismo, de Heidegger ou de Rilke. Entre a “manhã e a noite”, como diz o primeiro verso desse primeiro poema que, em 1944, publicou na *Vértice*. Se quisermos procurar um lugar que seja seu, diremos: entre. A mesma ressonância poderá ser emblematicamente encontrada num outro título, nome de um projecto de pendor estético, de alguns anos mais tarde, quando já entrara no caminho da crítica. Em 1955 projectara um livro de poemas e o nome ficou registado no seu arquivo: *O Dia e a Noite*. Vivendo por dentro o desassossego da modernidade, elege os poetas modernos para a sua leitura de eleição, e acompanha-os no desespero que vem do abandono a que os deuses nos votaram. Esta ausência de deuses iria tornar-se uma das mais poderosas inscrições do próprio discurso de Lourenço.

4. Nas sínteses iluminadoras, nas admiráveis formulações que nos oferece, vejo-o como irmão de Agustina. Uma espécie de falso gémeo, mais racional, mas irmão dessa inacreditável autora de *As Relações Humanas*. Não sei se Agustina é pitonisa, como não sei se Eduardo Lourenço é o guru de que se fala. Só sei que ambos se encontram na literatura por uma luz inigualável. Outras coisas os aproximam: a gargalhada de Agustina e o riso de Lourenço. Alegria verdadeira de sábios (in)tranquilos.

Intervenções atentas e pontuais, breves obituários de figuras marcantes do nosso tempo, certas análises de acontecimentos da vida política, mas sobretudo os ensaios – o *insight* que nos atinge. Poderia recolher dezenas de exemplos de formulações aforismáticas de Eduardo Lourenço sobre a poesia e sobre o poeta (o que aqui nos move), muitas vezes a abrir o texto:

– “O único dever da Poesia é salvar o seu tempo com as armas desse tempo.”

– “Toda a grande poesia integra como sombra ou luz paradoxalmente excessiva a sua poética.”

– “O que é um poeta? Uma maneira de ser mundo e um modo inédito de o dizer.”

Enunciados tão sedutores quanto encandentes, mesmo sabendo que é tão limitadora a acumulação de exemplos assim soltos (como é limitador dizer de Agustina que é uma escritora de aforismos).

Quase tudo desagua nessa visão fundadora em que o real é criado pela palavra, em que o poético é mais real que o real. Em torno da dizibilidade e do ofuscamento de luz ou sombra, que vem das palavras, gira quase toda a hermenêutica lourenciana. Numa dessas sínteses deslumbrantes, a formulação está lá, a iniciar com o truísmo (“nenhuma realidade nos é dada fora da palavra que a nomeia”) para esplender na justeza da reflexão: “Para ele [Ramos Rosa] as palavras serão um pouco como aquele dedal de matéria negra de densidade infinita que os físicos atribuem aos ‘buracos negros’ onde a luz do universo se afunda. É preciso lutar, sem fim, com a sua real obscuridade para recuperar mais fundo a luz nelas concentrada e perdida.” (*Relâmpago*, nº 5). Também é de si próprio que o ensaísta aqui fala.

5. Nos seminários em que trabalho com poesia demoro-me, nas aulas iniciais, a comentar uma vasta bibliografia seleccionada sobre o fenómeno poético. Têm aí entrada certa livros como *Tempo e Poesia*, *Poesia e Metafísica*, e os volumes pessoais de Eduardo Lourenço. Contudo, é noutros momentos da aula que me ocorre a lembrança do nome do autor de *O Lugar do Anjo*. Em irrepetíveis instantes que acontecem na leitura de poemas, quando os comentários se defrontam, e quando se atinge uma aproximação ao poema, numa espécie de polifonia sintonizada. Aquilo que muito poucas vezes a leitura orientada e estruturada (com achegas teóricas e enquadramentos contextualizadores) consegue dizer. Não creio que essa experiência se equipare a qualquer sorte de vivência epifânica (tanto mais que por trás desse acontecer está uma deliberada e lenta preparação), mas seguramente esses momentos recordam-me o que, entre nós, em texto, só vejo verbalizado por Eduardo Lourenço.

O carácter fragmentário da obra lourenciana pode levar-nos muitas vezes a nela vermos uma fluidez de método ou uma

ausência de programa. É preciso não esquecer os textos metacríticos que assinou (e com frequência em lugar bem visível; lembre-se aqui a abertura de *Tempo e Poesia*). Uma rememoração mais ou menos distanciada da sua obra torna-nos ainda presente o modo como a preocupação do crítico em torno do método avulta, com mais insistência do que se poderia pensar, em intermináveis pequenas notas, no interior das próprias leituras.

Podem rastrear-se diversos andamentos clarificadores. Por exemplo, as palavras que tratam do modo de aproximação à leitura, colocando em pauta a questão da paráfrase da parte de muito discurso crítico que “envolve” a poesia lida “sem realmente penetrar” (“Também nós oscilámos entre a glosa do sentido e a paráfrase poética, duplo escolho da crítica de poesia”; prólogo a *Sentido e Forma da Poesia Neo-realista*). A hesitação é em Eduardo Lourenço consciência lúcida, atenção e advertência que sobre si mesmo exerce. E isso é tanto mais exemplar quando se lêem propostas de método que poderiam parecer muito afastadas daquilo que é a reconhecida prática hermenêutica do autor. O afastamento é aparente. Na abertura de um texto de 1970 diz o seguinte: “é possível que a tarefa camonista essencial seja ainda hoje a de reler com Faria e Sousa ao lado, o texto camoniano [...]. Uma leitura ‘literal’, e ela só, é susceptível de evitar o que o empirismo erudito ou a vontade de encontrar nos poemas de Camões uma visão pessoal que não é certo aí se encontre têm sucessivamente acumulado em matéria de crítica camoniana” (*in Poesia e Metafísica*). Outras interrogações em torno do método podem ser inventariadas. É o caso do reconhecimento do enfoque spitzeriano em textos seus (concretamente no referido livro sobre a poesia neo-realista) ou, por outro lado, a chamada de atenção para o reducionismo das leituras estilísticas, em sentido estrito.

Um dos mais esclarecedores exemplos do pontual posicionamento crítico-metodológico de Lourenço ocorre no muitas vezes citado artigo: “Explicação pelo inferior ou a crítica sem classe contra Fernando Pessoa”, de 1952 (coligido no livro *Ocasionais, I*). Importa lembrar este texto pelo emblematismo que comporta, pela profunda consciência dos caminhos críticos que abre. O título reenvia claramente, como tem sido assinalado, para uma resposta a um artigo de Mário Dionísio (Nov. de 1952) intitulado “Alberto Caeiro, poeta de classe”. A celeridade

da resposta de Lourenço, publicada no mesmo mês, não acusa o mero impulso polemizador que o tom inicial poderia fazer supor (“Tivemos a explicação pelo sexo. Agora temos de aguentar, a todas as horas e de todas as maneiras, a explicação pelos interesses de classe”). Percebe-se evidenciado amadurecimento nesta tomada de posição (aliás, “todas as horas” não deixam de remeter para um conjunto de textos saídos na *Vértice*, no ano anterior, subscritos por Luís de Albuquerque, Mário Sacramento e Vergílio Ferreira, em que estes autores se propunham ler/polemizar sobre Pessoa, a partir da mesma clave ideológica). A relevância do texto de Eduardo Lourenço decorre acima de tudo da demarcação face aos críticos que encontram “o expediente universal, a chave miraculosa que pela primeira vez nos fazem aceder às verdes pradarias da bem-aventurada compreensão científica da realidade”. Contudo, para além da resposta às leituras de inspiração marxista para as quais “são tudo fenómenos de classe”, este texto é importante pelo seu carácter inaugural dentro do que viria a ser a produção lourenciana. Trata-se de um dos primeiros artigos onde o crítico publicamente revela o seu Pessoa, nesse plano em que se equaciona mundo e linguagem, pela via do poético: “o universal desejo de possuir o mundo e tudo quanto nele existe através da magia da linguagem com que o tocamos torna-nos particularmente sensíveis à procura ou ao encontro dessas palavras inesquecíveis que alguns homens descobriram por nós”.

Em tempos de formação, quando eu era estudante de literatura em Coimbra, talvez o domínio da teoria literária fosse para mim o universo de maior descoberta. Nesse campo de estudo por diversas vezes fui ao encontro de um grosso livro editado pela Gulbenkian, essencial para o conhecimento do New Criticism anglo-norte-americano. O volume com o título *Crítica Literária*, de Wimsatt e Brooks, é antecedido, nesta tradução portuguesa, de um prefácio assinado por Eduardo Lourenço. Mesmo mais tarde era-me difícil associar o autor de *Tempo e Poesia* ao prefaciador daquele livro. Eduardo Lourenço parecia estar noutra sítio. Só muito depois (já eu mais afastado da teoria) é que ajustei as peças, percebendo como discretamente, em 1970, as palavras aí escritas vinham mostrar que o seu percurso de ensaísta já se confirmara. Leituras fenomenológicas, metafísicas, ontológicas? Difusas as fronteiras. Difícil a classificação. Lourencianas, simplesmente. Como lemos pági-

nas brandonianas ou herbertinas. Recordo o que ele disse de Jorge de Sena, quando se referiu ao facto de o autor de *Peregrinatio ad Loca Infecta* não ter sido “inclinado a formular acerca da poesia um tipo de discurso que de perto ou de longe se possa rotular de filosofia ou metafísica do poético”, para acrescentar que “todavia, como poucos poetas falou contínua e magnificamente, para empregar expressão sua, de poesia e de poetas nela. Por essa ordem e conscientemente.” (“Poesia e poética de Jorge de Sena”). De Eduardo Lourenço se poderia dizer que falou a filosofia ou a metafísica do poético com poetas dentro.

Se não é um esquadrinhador meticuloso, ele é o mais rigoroso dos leitores, consigo transportando uma espantosa bagagem de saberes, apesar da rasura de notas e de referências bibliográficas. Não há nisso contradição alguma. No texto vibram as mil alusões cultas especialmente pelo modo como imagética e metaforicamente ali são convocadas.

Desde o início, combateu a deformação das interpretações que se procuram ajustar a extrínsecas motivações. Traço que marca o ensaísmo de Lourenço: tornar visível o acto de pensar como se nos incluísse no movimento desse pensar. Não pretendendo que a leitura do poema seja o prolongamento de um mistério ou a devoção a um fogo ritual, mostra-nos como a interrogação, e mesmo a dúvida, são elas também reveladoras. Conservando os olhos inquietos, transportando sem receios o espanto, ele é o intérprete de poetas que desvenda as coisas repousadas, simplesmente como quem alimenta o silêncio da casa. Vê por dentro. E com ele vemos o dentro.

❶. No final de 1946 (Dezembro), Eduardo Lourenço assina, na revista *Vértice*, uma resenha de um livro póstumo que havia saído recentemente em França: uma biografia de Charles Péguy escrita por Romain Rolland. Este texto constitui a última colaboração do jovem recém-licenciado, na 2ª série dessa revista (a cuja história e fundação o seu nome estaria ligado). Importa aqui particularmente o facto de o texto aparecer assinado com o nome de Eduardo Coimbra. Se por razões diversas (em concreto políticas) era hábito encontrarmos nas revistas da época textos assinados com pseudónimos, o que não parece que seja aqui o caso, interessa atentar na escolha do novo nome (no iní-

cio do ano seguinte, em Fevereiro e Março, voltaria a utilizar esta assinatura, mas agora noutra publicação, a *Seara Nova*, para recensear um livro de poemas de António de Sousa e para escrever sobre a *Confissão de Lúcio*, de Mário de Sá-Carneiro).

O que chama a atenção é aquilo que parece tão óbvio como casual: a adopção do nome da cidade. Recorde-se como biograficamente Coimbra se constitui como um espaço-tempo decisivo no seu itinerário, no despertar para as coisas literárias. A cidade é o espaço de abertura aos estímulos culturais, com todas as tensões explícitas e implícitas. É o próprio que o sublinha: “foi a terra mais importante, decisiva, para o meu percurso intelectual – e continua a ser uma presença muito forte na minha memória” (entrevista *Visão*, 2003).

Com a chegada a Coimbra, no início da década de 40, para preparar os exames de admissão à Universidade, inicia-se um tempo de leituras sortílegas: do abalo nietzschiano ao perturbador fascínio literário. Assinale-se uma nítida demarcação de dois tempos relativos à permanência na cidade, na década de 40 e início da década de 50: o tempo da licenciatura (1941-1946) e o tempo em que foi assistente de filosofia na Faculdade de Letras (1947-1953).

Vemos primeiro Eduardo Lourenço associado a um grupo de colegas de curso que o conduzirá até à *Vértice* – “expressão de uma geração que através dela descobria o mundo, a sociedade, a história e tomava posição em face deles” (“Revisitação de *Vértice*”). Mas Lourenço de Faria era um “híbrido”, que, aliás, durante algum tempo ainda se manteve ligado ao CADC; por isso, na *Vértice*, segundo o seu testemunho, lhe foram atribuídas tarefas recenseadoras de livros com “vivências idealistas do mundo”, como o livro do católico Francisco Costa, para que os questionasse.

O momento em que assina com “Coimbra” no apelido coincide com essa transição de etapas acima referida, que comporta fundas consequências (“Penso que as coisas se deterioraram, no que me diz respeito, nas minhas relações com a *Vértice*, no final dos meus estudos, porque fiquei em Coimbra como assistente na Faculdade”, *apud* Viviane Ramond, *A Revista Vértice e o Neo-realismo Português*, Coimbra, Angelus Novus, 2008).

Em *O Desespero Humanista em Miguel Torga*, ao falar da *presença*, Eduardo Lourenço apresenta uma lapidar justificação crítica: “Não censuramos, nem elogiamos. Verificamos apenas”. Ver-se-á como no ensaísmo ele se vai destacar pelo combate “à

crítica-tribunal” e pela opção por uma crítica valorizadora, justamente aquilo que constituirá uma tônica da sua escrita.

Mesmo no texto contundente subscrito com o nome de Eduardo Coimbra, publicado na *Seara Nova*, no início de 1947, “Nota sobre a pretendida genialidade da *Confissão de Lúcio*”, encontramos a apresentação de uma espécie de legenda que o definirá como crítico: um ouvido fiel e atento. Veja-se o início deste texto pouco conhecido: “A ressonância da autêntica poesia espera apenas no tempo a hora favorável em que um ouvido fiel e atento descubra nela aquilo que a singulariza. Que esse único ouvido exista e a obra será salva na duodécima hora para a vida da cultura”.

A operação crítica de Lourenço coincide quase sempre com um forte envolvimento estético. Daí a relevância deste segmento espaço-temporal na narrativa biográfica aqui relembada: a passagem por Coimbra parece ser particularmente digna de registo para o enquadramento do seu ensaísmo em torno da poesia. Mais do que cenário ou “mito cultural”, o lugar foi propiciador da abertura para um mundo em que a poesia ganhava terreno.

É em Coimbra (ou a partir de Coimbra) que a perspectiva do real – o mundo – se impõe num perímetro mais alargado, seja como uma consciência social mais aguda, seja como dilaceramento de feição filosófica e cultural. Na primeira *heterodoxia*, o primeiro andamento é a Europa. Na poesia, mesmo quando centra a visão em algum poeta, as leituras pressupõem o perspectivismo. Há um claro posicionamento que solicita o trânsito amplificador.

Desde muito cedo a sua interrogação sobre o acto poético é uma atenção crítica aos vivos. Porque estava rodeado dos vivos, mas porque ele mesmo se inscrevia como vivo no modo presente (contemporâneo) de dizer a deserção dos deuses e a orfandade ou a cisão do tempo dividido. E se já em 55, no seu primeiro livro (fora da filosofia) sobre o poeta convivente, inclui as “novas gerações” na sua leitura (apresentadas aliás no próprio título que afirmativamente sublinha a polarização ampliadora), em 68 voltará às fidelidades e afectos de vinte anos antes. No prólogo de *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* questiona justamente a pequenez lusa que paralisa a leitura dos contemporâneos próximos: “Daí a nossa singular admiração funerária e comemorativa e compensadora da falta de atenção viva e vivificante, salvo sob forma hiperbólica de lisonja ou de mais aberrante denegrimiento em relação ao que nos cerca”.

As questões do tempo contingente, em tensão com a leitura de pendor fenomenológico, são essenciais para ouvir nos versos o coração da terra. Veja-se, a este respeito, como num texto de 1988 (retomando uma leitura anterior sobre Eugénio de Andrade, que fora apresentada nos importantes ensaios, do início dos anos 60, sobre o poeta) assume a visão de perspectiva, quando se reporta ao tempo em que surgem *As Mãos e os Frutos*: “Ao mistério dessa harmonia nos poemas celebrada, acrescentava-se qualquer coisa de insólito, tão estranho parecia esse canto da maturidade adolescente, à imagem humana do tempo dilacerado onde surgiu, como uma fonte em pleno deserto.” (“A breve música nocturna de um poeta solar (Relendo *As Mãos e os Frutos*)”). Não foi por acaso que gravou a palavra tempo num dos seus mais importantes livros de poesia.

Leitor de poetas entre poetas (Carlos de Oliveira, Cochofel, Namorado, Torga, Eugénio de Andrade), nesse tempo de Coimbra vive o processo de intensas identificações e desidentificações. Aí se dá o conhecimento da *presença*, e com ela (ou ao lado dela) o mais fundo abalo: a literatura moderna – *Orpheu*, Pessoa. “A descoberta da moderna literatura portuguesa fizera-a primeiro com autores da *presença*, e o mesmo sucedera, deixando de lado as críticas cosmopolitas, com a crítica literária.” (*Expresso*, 22 de Maio de 1982). Não é por acaso que em alguns dos depoimentos, entrevistas, etc., a *presença* surge como um lugar inspirador. Creio que algo do espírito da *presença* ou, mais do que isso, do inquieto espírito regiano sintetiza os paradoxos que, nesse tempo de encruzilhadas, Lourenço necessariamente vivenciaria, e dos quais partiria para ler a vastidão e a complexidade do mundo. Do CADC à *Vértice* e ao círculo de Torga, o que transportará desses dias? Os sinais da camaradagem e a inquietação são bem visíveis nas águas dos textos. Sob o espectro da devastação, reflexo angustioso de um pós-guerra tão próximo, a poesia devolve-lhe uma imagem mais viva da terra. Como habitá-la?

Gostaria ainda de me demorar um pouco sobre o encontro de Eduardo Lourenço com Torga, cuja amizade, na distância dos anos (lida com o auxílio de ensaios e de testemunhos vários do autor de *Heterodoxia*), parece ser digna de uma produtiva leitura de feição psicanalítica. A entrada como assistente na Faculdade de Letras, que inaugura nova fase, terá constituído um passaporte para o círculo de Torga: “Em 47, conheci uma

outra geração que afinal é a minha, a geração da *presença*, quero dizer Torga, Paulo Quintela, que eram pessoas de esquerda, de tradição republicana, mas não marxistas.” (*apud* Viviane Ramond). Próximos de Torga estão alguns nomes que mais directamente o frequentavam (penso por exemplo nos nomes associados à *Revista de Portugal*). Mas outras referências do universo torguiano constituíam assinaláveis ligações à cena literária portuguesa. Recorde-se em particular como o convívio com o autor de *O Outro Livro de Job* tornava presente o fantasma da *presença* (com *Orpheu* no horizonte). Torga já era um escritor consagrado (no início da década de 40 publicara alguns dos mais importantes livros da sua obra), quando o jovem assistente de filosofia entra em contacto com o grupo em que aquele era figura central.

No último volume do romance autobiográfico de Miguel Torga, *A Criação do Mundo* (“O Sexto Dia”, publicado em 1981), é-nos dado a conhecer como a partir de certa altura o consultório médico do narrador-protagonista, nas horas de desafogo, se transformava num “centro de cavaqueira e conspiração”. Há um parágrafo onde são referidas algumas personagens desse círculo, em relação às quais é fácil decodificar os nomes verdadeiros, concretamente duas personagens que já tinham tido um papel digno de registo na diegese, Gonçalo e André (Martins de Carvalho e Paulo Quintela), e que constituíam o núcleo forte do grupo. O narrador faz ainda referência a alguns jovens, sem direito a nome, que também frequentavam as tertúlias. Contudo, neste contexto, há um jovem que é nomeado. Desde logo o identificamos a partir das iniciais: “Edmundo Lucena, assistente de filosofia, a respirar inteligência e inquietação”. Ajusto para este período a imagem do menino entre os doutores. Ele escuta e interroga e disserta nas pequenas assembleias, vulgo “tertúlias”, de pequena cidade, nesse tempo em que, como diz, conhece escritores que eram vivos. A figuração de menino no Templo será conservada, pelos anos fora. Assim se vê a si mesmo como ensaísta. No discurso de agradecimento do Prémio Camões, em 1996, afirmará: “Um ensaísta é uma criança que brinca no adro da Cultura. Sem dúvida para evitar que os seus servidores o tomem por Deus. E pior ainda, que eles mesmos se tomem por Deus”.

Em 1947, chega a programar com o autor de *Contos da Montanha* uma revista, que teria o nome *Rebate*, projecto gora-

do por razões ligadas à Censura. É aliás o espírito do tempo que transparece na leitura que ele faz da poesia de Torga. E também no diálogo epistolar que com ele manterá (até à ruptura em 1965). No final de 1954, já estava em Heidelberg, e é de lá que envia uma carta ao autor de *Penas do Purgatório*, acusando a recepção deste livro, que será justamente a alavanca motivadora para a escrita do ensaio que sairá no ano seguinte. A carta fala da poesia no tempo: “Não creio que haja hoje entre nós um livro de poemas mais significativo da nossa consciência actual. A sua situação pessoal por um destes não-acasos que cabem a certos criadores acha-se tão fundida com o sentido da nossa existência histórica que é quase sem surpresa para quem o conhece ver nascer com toda a naturalidade esses versos amargos e puros, bem merecidos se se pensa no poeta e quase mal merecidos se se pensa na triste realidade que os suscita assim, cristais talhados no lodo vil do tempo nosso, aí e em toda a parte”.

Nesse tempo impõem-se-lhe ainda outras leituras decisivas que o aproximarão da poesia: Kierkgaard, Heidegger, Valéry. Uma intensa consciência histórica aliada à profunda reflexão filosófica e à fervilhante experiência estética, pela mediação dos mais ou menos próximos criadores, caldearão o seu singularíssimo universo de leitor. Parece então ser quase natural a aparição-Pessoa como uma espécie de revelação da própria vivência do estilhaçamento e da celebração dele. Abria-se outro mundo que lhe permitiria perceber algumas contradições ou entrar definitivamente no seio delas.

7. A impossível totalização configura-se afinal como modo de chegar mais perto do conhecimento, e o poema é o próprio meio de resgatar a habitação do ser: “Que linguagem pode servir à nomeação da realidade que somos senão aquela que por antonomásia já nos é devolvida como suprema *Criação*? É *poeticamente* que habitamos o mundo ou *não o habitamos*. Desejo, injunção ou calmo olhar sobre o fundo das coisas, a palavra de Hölderlin tão celebrada por Heidegger rediz a intemporal verdade de onde o saber não-poético nos expulsa” (“Tempo e poesia”, 1959, in *Tempo e Poesia*).

Em Eduardo Lourenço, o lugar do poema é o contrário do lugar sitiado. O poema, como imagem do mundo, diz a cidade libertada, ainda que plena de contradições. É o poema que é o

próprio emblema ou a cidade é que é o emblema dele? A carga alegórica do ícone comportará um forte pendor idealizante. Mas nessa heráldica reinventada pelo a cidade ergue-se como interrogação. A mesma que reeditará quarenta anos depois, no belíssimo texto inédito publicado neste número da *Relâmpago* (“O poeta na cidade (hoje)”): “Em meio século, passámos da visão da essência e do papel da poesia como *casa do ser* – quer dizer, da utopia romântica que vê na poesia o acto fundador da Humanidade, o único que lhe confere um sentido, como o evocado por Hölderlin – para uma espécie de ‘no man’s land’ de filme apocalíptico, entre cujos destroços buscamos os vestígios do esplendor perdido”. E o ensaísta prosseguirá, a falar da poesia como o próprio território resgatado. Ela nos revelará a nossa vocação para a alegria. A habitação do mundo (no seu texto) vive da largueza interior vista com os olhos dos poetas. O ensaísta é o melancólico refugiado no poema, vasto mundo povoado (recriado) pela sua leitura.

O desafio em que se lançou foi o do mergulho na linguagem, entrando nela de olhos abertos, para reescrever o esplendor e o fracasso da mais radical experiência vivida pelos poetas modernos: *momento precário e, nessa precariedade, eterno*. A melancolia advém da perda antevista: o exercício crítico da leitura afigura-se tarefa votada ao insucesso, na medida em que jamais se poderá dizer por outras palavras o que o poema revela. Veja-se o início do ensaio “O Paraíso sem Mediação”: “Falar de um poeta é reenviar o eco atenuado da particular música que a sua poesia deixa em nós. O discurso ideal deveria ser um outro simples viajar através das mesmas imagens emblemáticas por ele roubadas à noite sonâmbula onde passeiam os que não são poetas”. Muitos anos depois (2007) introduz um pequeno livro de reunião dos ensaios sobre Eugénio de Andrade com uma nota em que fala do “silêncio em forma de eco”: “Percebi então que todos nós confrontados com certos poetas (se não com a poesia mesma), o desafio é sempre o mesmo e o exercício *crítico* sobre ela um combate perdido de antemão”. O sentido de pertença a uma tribo é perspectivado a partir da consciência da falha e da distância da parte de quem desde cedo questionou o seu próprio exercício crítico. Revê-se por isso no grupo que baptiza de “tribo melancólica”. Contudo é essa mesma consciência viva que o faz entrever o triunfo do combate. E é então no paradoxo que se encontra a saída. Como no início, a aproximação ao real

revela o carácter ambivalente, misto, “paradoxal ‘combate duvidoso’ de que a instância crítica é a mortal e imortal arena.” (*id.*). Ele repetirá a ideia noutros lugares. Nós recortaremos citações, com quem recorta versos: “Vendo bem, foi para dar voz a um excesso de sentido que a poesia nasceu: excesso de entusiasmo para nos celebrar como deuses imaginários do nosso destino ou melancolia de não ser esse mesmo deus que no fundo sabemos ser.” (*Relâmpago*, 6).

Um dia, regressados ao silêncio, continuaremos simplesmente a ouvir Eduardo Lourenço, o poeta, pois que “a cultura não tem outra realidade que a do diálogo que os actores dela – os poetas em sentido largo – travam entre si.” (*Poesia e Metafísica*). Ele sabe da pertença a essa família. Por isso também lhe ouvimos a palavra oral como eco, a ele que sempre quis falar de si através dos outros: “Faço de tudo uma espécie de leitura poética, de *puzzle* de ficção. Unamuno pensava que Hegel era um grande filósofo porque era um grande poeta. E Heidegger entendia que os filósofos são, a seu modo, poetas” (Entrevista *Visão* 22.05. 03). Outro eco: quando fala da “*démarche* romanesca” dos seus mais próximos – “os autênticos poetas de uma época não são sempre aqueles que visivelmente o parecem, mas todos cuja obra é fonte de energia e impulso anímico, como queria Dilthey. Vergílio Ferreira, Bessa-Luís são neste sentido puros poetas ao lado dos que não precisam ser mencionados.” (prefácio à 3ª edição de *Mudança*, de Vergílio Ferreira, 1978).

Depois de ter lido Eduardo Lourenço e de ter juntado citação após citação, repetirei o óbvio: ele é o puro poeta que atingiu a indizibilidade perseguida, escrevendo-se no deslumbramento e na sumptuosidade da força transfiguradora da linguagem.

E se a aproximação aos textos sempre foi modo de apropriação («o meu destino literário, se é um, foi o de me empregar nos ‘outros’»), ver-se-á como a figura do duplo, de larga tradição, será de novo duplicada. Ele e os poetas. Os leitores e ele. Gera-se uma cumplicidade ambígua. O leitor fortifica-se, alimentando-se dessa ilusão generosamente criada pelos textos de Lourenço, e acredita na cidade da poesia.

8. Volto ao início, à resposta à entrevista e à própria denegação que o dirá poeta: “Como não pode ser, escritor...”. Em torno desta projecção podem encontrar-se outras dicções mais

especificadoras, em outros lugares. Eduardo Lourenço fala de uma mais explícita entrada no reino da criação. Um dos seus ensaios, apresentado como o texto mais orgânico, *Fernando Pessoa Revisitado*, seria para o próprio o seu romance (“romance de romancista imaginário por conta de Pessoa”). A proposição/encenação é repetida insistentemente (em 2000, no prefácio à 3ª edição do próprio livro; mas também antes e depois, em diversos depoimentos e entrevistas), e o exemplo é caucionado pela autoridade de um poeta/ficcionista próximo (Carlos de Oliveira). Contudo, Eduardo Lourenço sabe que a sua verdadeira ficção, mais à maneira do *Livro do Desassossego*, não tem essa forma tão fechada do texto de 1973. Reportando-se à sua própria obra, também disse claramente que a via “mais como uma errância. Deixei-me sempre levar pelas águas do tempo” (*Pública*, 13/05/2007). Alguns anos antes, numa revisão autobiográfica de uma das suas topografias afectivas, escrevia o seguinte: “Queiramo-lo ou não, todos nos escrevemos naquilo que, com razão ou sem ela, os outros recebem como obra nossa. Alguma coisa de mim deve estar no que, ao longo de quase meio século e sempre como por acaso, fui escrevendo” (“Lembrança espectral da Guarda”, 1995).

As linhas ou círculos espiralando-se (a sua sintaxe barroca) acolhem o poema. Nesses movimentos, as suas palavras jogando-se nos ritmos e fluxos do discurso encontram fórmulas novas em torno do não-dito, devêm também elas poema. Certamente que a sua visão penetrante de ave inquieta lhe permitirá aceder ao seu próprio múltiplo e vasto poema resgatado no último dia ao silêncio da antemanhã. Numa Terra sem deuses, com o poema na mão, reconhecer-se-á. A porta está entreaberta. Talvez um anjo tenha nome.